

VELHO, Otávio Guilherme. Capitalismo autoritário e campesinato. Difel, São Paulo, 1976.

WEIBEL, Leo. Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil. FIBGE, 1979.

OLIVEIRA, Francisco. Eleia para uma re(li)gião. Paz e Terra, São Paulo, 1985.

OLIVEIRA, Marília L. Peluso de. O mercado Imobiliário na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso - a Cidade Ocidental. Tese de Mestrado para o Curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano - UnB, Brasília, 1983, Mimeo.

CASTELLS, Manuel. Problemas de investigación en Sociología urbana. Siglo Veinteuno, Madrid, 1978, a.

PERI-URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO

AGRÍCOLA NO ENTORNO DE BRASÍLIA

*Catherine Aubertin**

(*) Economista ORSTOM
Departamento de Geografia da UnB

As condições de ocupação da terra urbana são amplamente analisadas no Brasil como uma componente da dinâmica de urbanização, frequentemente associada ao processo de empobrecimento, da mesma forma que o emprego, a saúde, o transporte ou a educação (Kowarick, 1980; Azevedo, 1982; Blay, 1979). Na realidade, tais condições constituem o aspecto mais visível. Basta mencionar os grandes imóveis de São Paulo; as favelas; as invasões das estreitas porções de terra pública entre a estrada e as cercas das grandes fazendas improdutivas; os inúmeros loteamentos, frequentemente vazios, de iniciativa de empresas privadas ou do setor público, na periferia das cidades, não importando o tamanho ou importância, seja em cidades de colonização da Amazônia, ou ao longo do litoral.

O exemplo mais evidente é, sem dúvida, o do Distrito Federal, de Brasília. A capital da esperança, segundo as palavras de André Malraux, se revela uma ilha de prosperidade fora das limitações da produção e do espaço geográfico. A fim de preservar seu Plano Piloto foram criadas cidades-satélites para as quais foram necessários: multiplicação dos equipamentos; centros de triagem para migrantes; campanhas de erradicação de invasões (CEI, dentre as quais uma deu seu nome à Ceilândia); programas para impedir qualquer tipo de desenvolvimento que viesse a provocar poluição social e econômica, o que conduziu à restrição de indústrias de maior porte.

A função administrativa e simbólica de Brasília foi e permanece vigorosamente resguardada. O Distrito Federal fechou seu espaço urbano para se defender das correntes migratórias e, pouco a pouco, os migrantes são expulsos para a periferia da ilha utópica e se deparam brutalmente com o estado bem real de Goiás.

Nossa proposta aqui será estudar a inserção dos migrantes durante o processo de pré-urbanização do Distrito Federal. Após uma breve revisão histórica da formação polinuclear

de Brasília, apresentaremos alguns municípios limítrofes desarticulados pela chegada dos "excedentes de população" do Distrito Federal, isto é, pela população que não consegue ali se fixar, e, mais recentemente, pela chegada de agricultores, oriundos dos Estados do Sul do Brasil, que introduziram o cultivo da soja.

O CENTRO DA ESPERANÇA, SEUS SATÉLITES E SUAS PERIFERIAS

A criação e a administração do espaço urbano de Brasília oferecem uma perfeita ilustração da natureza cultural e social do processo de produção do espaço na medida em que Brasília, sede do poder político, se pretende a representação da unidade e do futuro do país e na medida em que ilustra claramente as contradições do país.

Brasília nasceu da vontade de isolar o poder político dos constrangimentos econômicos e geográficos. Daí a escolha simbólica do centro geodésico do Brasil - onde curiosamente se concentram, em consequências, inúmeras seitas místicas - formando um enclave artificial no Estado de Goiás.

Brasília também nasceu do mito da "fronteira" e das realidades econômicas e sociais que o sustentam. A abertura do país para o Oeste, graças à pretensa imensidão de terras ricas e disponíveis sempre mais longe, propicia a cada brasileiro alimentar a esperança de uma vida melhor, de uma igualdade de chances diante dos recursos "naturais" de seu país, independentemente da história e das estruturas sociais desde a origem das correntes migratórias (secas do Nordeste, de onde é jogada no mercado de trabalho nacional uma massa contínua de camponeses; política agrícola marginalizando o pequeno produtor; fortíssima concentração das terras e das rendas; etc.).

O plano de Brasília foi concebido para acolher 500.000 habitantes. Em 1970, dez anos após a inauguração da nova capital, os efetivos da população fixados pelo projeto já haviam sido atingidos e já não se concentravam mais no Plano Piloto inicial. Hoje, mais de três em cada quatro habitantes de "Brasília" residem em uma cidade-satélite. (Quadro 1. Para uma apresentação da população, remeter-se ao anexo).

Não tendo previsto a imensa quantidade de migrantes, as autoridades só propuseram medidas inadequadas e insuficientes.

Os pioneiros, operários da construção da cidade, se instalaram em acampamentos provisórios nos arredores imediatos da cidade: o acesso "legal" ao Plano Piloto, sob a pressão das migrações de funcionários e de uma imediata especulação fundiária, desvirtuando os princípios igualitários originais, tornou-se rapidamente impossível por suas rendas. Isto porque, na cidade do poder e da alta administração, são poucos e mal remunerados os empregos formais possíveis para as populações de baixo nível educacional. O setor informal, a construção civil, a administração e os serviços, e o setor de empregos domésticos oferecem as principais oportunidades de trabalho para empregos subalternos e quase sempre instáveis. Ocupando ilegalmente terrenos e quebrando a "harmonia" arquitetônica, estas favelas não podiam permanecer às portas de Brasília. Ao invés de modificar o plano de urbanização "em forma de avião", as cidades-satélites foram criadas (Figura 1) para afastar do centro, instaurando-se uma espécie de "vazio sanitário", as populações mais pobres, os construtores de um sonho, analfabetos em sua maioria, e evitar movimentos políticos e sociais de importância.

Quadro 1

POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

AS "CIDADES" DE BRASILIA	1959	1970	1980	Taxa de crescimento 70 - 80	Estim. 1985
PLANO PILOTE	28.020	236.477	310.701	131,0 %	396.207
GUARA	-	24.392	82.482	338,0 %	115.182
NUCLEO BANDEIRANTE	11.565	11.133	17.477	157,0 %	21.464
GAMA	-	75.947	139.019	83,0 %	164.280
TAGUATINGA CEILANDIA	3.677	109.584	480.109	338,0 %	648.971
SOBRADINHO	-	42.782	69.082	61,5 %	75.172
PLANALTINA D.F.	2.245	21.932	47.357	116,0 %	50.312
BRAZLANDIA	355	11.521	22.486	95,0 %	24.327
PARANOÁ	-	2.237	3.483	55,7 %	-
JARDIM	-	2.346	4.552	94,0 %	-
AREA RURAL	12.256	-	-	-	45.608
TOTAL DISTRITO FEDERAL	58.112	538.351	1.176.748	220,0 %	1.541.523

FONTES : 1959 : Censo Experimental de Brasília. Comissão Censitária Nacional.

1970 - 80 : IBGE, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico.

1985 : Estimativas da CODEPLAN.

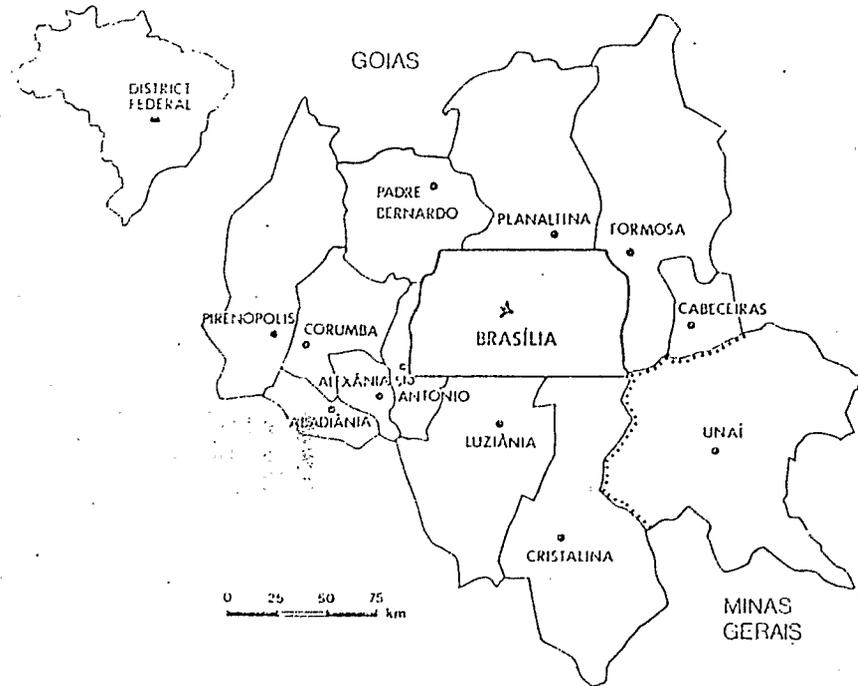
Uma vez destruídas as favelas, seus ocupantes são realojados pelo governo nas cidades-satélites onde, em certas condições, obtêm o título de propriedade de seu lote. Desde então, as especulações mais desenfreadas puderam acontecer: os lotes legalizados foram vendidos e revendidos; os primeiros beneficiários, por falta de dinheiro ou sob pressão dos especuladores, voltaram a invadir terras públicas ou, por terem vendido seu lote, foram se instalar cada vez mais longe do centro, inicialmente em cidades-satélites mais afastadas, em seguida nos limites do Distrito Federal, e depois mais adiante, no Estado de Goiás. (Figura 2)

Este processo eficaz (a ponto de se poder dizer que, para se transformar uma favela em núcleo residencial da classe média, bastava distribuir títulos de propriedade) conduziu à criação de uma cidade polinuclear, cuja organização espacial reflete as desigualdades econômicas e sociais.

O centro nasceu do Plano Piloto planejado; em seguida, temos uma periferia formada de cidades-satélites, integradas ao Distrito Federal mas que não possuem autonomia administrativa dependendo do centro; finalmente, desenha-se uma periferia ainda mais distante, agrupando cerca de dez municípios do Estado de Goiás distantes de 55 a 110 km do centro.

O Distrito Federal, incluindo as cidades-satélites, concentra as rendas mais elevadas do país: 66% acima da média nacional, segundo o censo do IBGE de 1980. Mas sua distribuição é a mais desigual do país: a renda média dos habitantes do Plano Piloto é oito vezes superior à dos habitantes de Brasília. O Distrito Federal oferece aos privilegiados que ali residem serviços públicos e privados em matéria de saúde, educação e transporte, bem como serviços coletivos de água, eletricidade e malha viária, bastante superiores àqueles disponíveis no resto do Brasil. Os municípios do Entorno são privados da maioria desses serviços e recebem os mi

Fig 2 O ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL



grantes com mais baixas rendas e que não se encontram portanto em condições de pagar impostos ou taxas que propiciariam, por parte das autoridades locais, uma planificação do espaço em que vivem.

As consequências das escolhas políticas das determinações do mercado fundiário quanto à urbanização do Plano Piloto e da política de inserção dos migrantes através da condução de ações separadas se medem pelo crescimento demográfico rápido mas muito heterogêneo das aglomerações do Entorno do Distrito Federal, notadamente a partir de 1970, e que, segundo as previsões, deverão se acentuar ainda mais (Quadro 2). Se a distribuição do saldo migratório de Brasília entre o Entorno e o Distrito Federal se efetuou até agora majoritariamente a favor deste último (98,5% no período 1960/1970, 88,3% no período 1970/1980 e 62,5% no período 1980/1985, segundo a CODEPLAN s/d), pode-se prever que, diante da saturação da capacidade de instalação dos mais pobres se o governo do Distrito Federal não mudar sua política urbana - e apesar da criação de uma nova cidade-satélite, Samambaia - a maior parte do saldo migratório se fixará daqui por diante, no Entorno. E isto, segundo dois processos distintos: o da expansão urbana que envia os migrantes diretamente para a periferia da capital, eo da segregação sócio-espacial que rejeita os mais pobres do centro para esta mesma periferia.

Efetivamente, o quadro 3 mostra que, nos municípios do Entorno, a população compõe-se em média de 40% de imigrantes, pessoas que já residiram - em sua grande maioria - seja no próprio Distrito Federal, seja em Goiás ou em Minas Gerais, isto é, nos dois Estados que o enquadram. Os estudos de campo realizados por Paviani (1984), em Pedregal, e por Oliveira (1983), na cidade Ocidental, mostram que 80% dos habitantes dos loteamentos periféricos do município de Luziânia já residiram no Distrito Federal (Plano Piloto, cidades-satélites ou invasões).

Quadro 2
POPULAÇÃO DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL

MUNICIPIOS	1950	1960	1970	1980	Taxa de crescimento 70-80	Prev. 1985
ABADIANIA	5.931	8.186	7.772	9.030	16,2 %	12.000
ALEXANIA °	-	8.022	9.390	12.116	29,0 %	16.000
CABECEIRAS	-	3.120	4.056	4.993	23,1 %	6.000
CORUMBA	16.021	13.713	18.439	20.212	9,6 %	25.000
CRISTALINA	5.333	9.165	11.600	15.977	37,7 %	20.000
FORMOSA	23.273	21.708	24.100	43.297	79,7 %	58.000
LUZIANIA	19.657	27.444	32.807	92.817	183,0 %	230.000
PADRE BERNARDO °	-	4.637	8.381	15.855	89,2 %	24.000
PIRENOPOLIS	22.430	26.494	32.065	29.329	- 8,5 %	29.000
PLANALTIMA GO	7.335	6.123	8.383	16.178	93,0 %	30.000
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO °	-	-	-	-	-	19.000
UNAI °°	28.860	45.975	52.303	67.885	29,8 %	80.000
TOTAL	128.840	174.587	209.296	327.689	56,5 %	549.000

° Municipios desmembrados de LUZIANIA

°° Unai é o unico municipio que faz parte do Estado de Minas Gerais.

FONTE : IBGE, Censos Demograficos 1950, 1960, 1970, 1980.
Ponderação das estimativas do IBGE e da CODEPLAN para 1985.

Quadro 3
MIGRANTES E LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR
NA POPULAÇÃO DOS MUNICIPIOS DO ENTORNO
DO DISTRITO FEDERAL
1980

MUNICIPIOS	PESSOAS NAO NATURAIS DO MUNICIPIO ONDE RESIDEM		LUGAR DO DOMICILIO ANTERIOR DAS PESSOAS NAO NATURAIS		
		% na população total do municipio	D.F.	GOIAS	MINAS GERAIS
ABADIANIA	1.169	12,9 %	0,8 %	83,7 %	11,5 %
ALEXANIA	2.983	24,6 %	29,9 %	54,6 %	7,3 %
CABECEIRAS	1.628	32,6 %	4,9 %	44,0 %	42,9 %
CORUMBA	3.501	17,3 %	9,2 %	74,3 %	9,5 %
CRISTALINA	3.698	23,1 %	8,3 %	29,2 %	42,5 %
FORMOSA	8.018	18,5 %	14,3 %	36,0 %	24,0 %
LUZIANIA	50.816	54,7 %	59,6 %	16,5 %	8,0 %
PADRE BERNARDO	4.792	30,7 %	20,6 %	56,6 %	10,1 %
PIRENOPOLIS	2.537	8,8 %	3,9 %	67,2 %	5,0 %
PLANALTIMA GO	9.067	56,0 %	56,0 %	27,1 %	7,5 %
UNAI	12.807	18,9 %	4,4 %	5,9 %	84,3 %

FONTE : IBGE, Censo Demografico 1980.

UMA POLÍTICA AMBÍGUA

Difusor de efeitos induzidos sobre seu meio imediato, Brasília devia ser o pólo de desenvolvimento do Centro-Oeste, mas sobretudo um pólo mítico, abrindo o Brasil do Oeste para o progresso dentro de um movimento de unificação nacional. Ao invés de acentuar as possibilidades de impulsionar o desenvolvimento regional, tudo foi feito para frear sua influência: recusa à industrialização, considerada como poluidora, rejeição ao crescimento do Plano Piloto, resistência em colocar equipamentos coletivos à disposição dos municípios vizinhos.

O programa federal da região "geoconômica" de Brasília, criado em 1975, se apresenta como projeto que visa reequilibrar as relações entre o Distrito Federal e a região geoconômica, mas seus objetivos, propondo medidas de integração e de repartição dos recursos, exprimem claramente a vontade de proteger o sítio de Brasília.

Tratava-se, efetivamente, de evitar o modelo de urbanização clássico das grandes metrópoles brasileiras, orientando os fluxos migratórios em direção ao exterior da capital e fixando-os em um certo número de "pólos de desenvolvimento" (SUDECO/CODEPLAN, 1985). Nasceu uma política de investimentos em equipamentos sociais, mas cujas decisões e encargos não diziam respeito senão a Brasília, com poucas consultas, a não ser por puro clientelismo, às prefeituras envolvidas; com poucos recursos, extremamente dispersos, e realizações não viáveis (infraestruturas sem meios de funcionamento), abrangendo uma superfície enorme, esta política estava entregue ao fracasso.

Um centro de triagem de migrantes foi instalado na Estação Rodó-Ferrovária de Brasília. Tal centro propõe uma passagem de ônibus que propicia o prolongamento da viagem, ou tenta distribuir os recém-chegados nas cidades-satélites ou nos municípios

do Entorno. Tal centro funciona com meios limitados e serve apenas de posto de socorro, oferecendo cama e comida por alguns dias às pessoas mais carentes, já que a maior parte dos migrantes possui parentes ou pessoas conhecidas já instaladas na região, que se encontram em condições de os receber e de evitar sua passagem pela triagem autoritária.

Em sua última versão, o programa da Geoconômica está modificado: seu raio de ação, considerável no início já que cobria 88 municípios, foi finalmente reduzido somente aos doze municípios limítrofes. E mudou de nome: hoje, traz o nome de Dom Bosco, missionário italiano que viu Brasília em sonho. Mas se encontra apenas em estado de projeto emanado do governo do Distrito Federal e não mais de um projeto nacional, o que vem favorecer confusões institucionais. Os resultados efetivos do PERGEB foram quase nulos, devido à falta de vontade política real em executá-lo porque os meios disponíveis foram muito reduzidos. Por outro lado, a heterogeneidade dos municípios em questão, seus interesses contraditórios com relação ao Distrito Federal tornaram muito difícil qualquer veleidade de ação comum e coordenada.

Brasília, cidade bonita demais, rica demais e poderosa demais, no meio de um deserto, não poderia ser um pólo de desenvolvimento. Ao contrário, ela esmagou seus vizinhos, ao monopolizar a renda da vida econômica, tornando insignificantes os investimentos que não podiam sustentar a concorrência. O governo do Distrito Federal não tem a competência nem os meios do governo brasileiro, mas joga com a ambiguidade e se apresenta como o símbolo do poder de todo o Estado. Além disso, demorou a aceitar os prefeitos, dentre os quais alguns de oposição, como reais interlocutores e não considerava as ações do programa senão como meio de resguardar seus interesses sem se preocupar com os dos municípios. A ajuda do Distrito Federal é inexistente nos orçamentos das prefeituras.

A MULTIPLICAÇÃO DOS LOTES

Os municípios do Entorno não podem, em nenhum caso, ser considerados como agentes passivos do desenvolvimento de Brasília.

Se os promotores do projeto de Brasília não previram tais deslocamentos de população, algumas comunidades dos arredores o fizeram e perceberam, desde o início, os benefícios que a implantação de uma metrópole terciária, geradora de altas rendas, poderia lhes trazer. Elas se lançaram portanto em gigantescos programas de loteamento de suas terras agrícolas a fim de acolher os recém-chegados. Entretanto, não supunham que estes últimos seriam apenas os deixados por conta do milagre de Brasília, vítimas da segregação praticada pelas autoridades do Distrito Federal. Desde então, sem recursos para financiar as infraestruturas e manter as realizações existentes, sem ajuda financeira por parte do governo de Brasília, elas se encontraram em uma situação de empobrecimento crescente.

A febre fundiária tomou conta do Entorno desde a criação de Brasília. Em 1956, já contamos 14.725 lotes prontos para serem comercializados no município de Luziânia (Oliveira, 1983) e 28.000 em 1960, em Planaltina, números astronômicos em comparação ao da população da jovem capital. A esperança de ver Brasília se transformar em grande cidade acelerou a especulação fundiária nas terras rurais não exploradas, subitamente dotadas de um valor de mercado sem equivalência com seu rendimento agrícola. Alguns lotes teriam sido comprados por coreanos, venezuelanos, estrangeiros de toda a nacionalidade dentro do quadro de uma concorrência internacional.

Na ausência de um plano de ocupação dos solos, o procedimento para se criar um loteamento tornou-se cada vez mais simples: um relatório de agrimensor que somente delimitava cada lote

podia ser aprovado pela prefeitura. Foi sobretudo a prancheta de desenho o principal instrumento do fracionamento das antigas terras rurais pouco aproveitadas. Sem legislação precisa, as infraestruturas urbanas raramente eram previstas, e muito menos realizadas (redes de água e de eletricidade, escolas e centros de saúde...). No entanto, a demanda era muito grande e as vendas na planta numerosas. Neste mercado imobiliário intervieram fazendeiros, antigos proprietários agrícolas, sociedades imobiliárias locais ou estranhas à região: intervindo como mestres de obras ou intermediários comerciais, prefeituras, grandes ou pequenos investidores com fins especulativos ou em busca de moradia ou de chácaras de lazer. Os preços eram acessíveis ao pequeno poupador; assim, um lote vazio de 30 por 10m em um quarteirão sem infraestrutura de Planaltina custava, em 1986, o equivalente a quatro salários mínimos, às vezes com possibilidade de financiamento. O não pagamento das prestações acarreta o confisco e a revenda do lote. Este mercado continua até hoje muito animado, apesar de que grande parte dos lotes não ainda estão ocupados; a taxa de ocupação média não atinge a 10% incluindo as "invasões", com variações de 0% em alguns quarteirões da cidade de Formosa a 100% nos loteamentos com alojamentos construídos graças ao financiamento do Banco Nacional de Habitação - BNH - (Cidade Ocidental, Novo Gama, Valparaíso) no município de Luziânia, mas a fisionomia geral se deve também às ações dos poderes locais, às políticas adotadas pelas prefeituras.

Diante de um fator externo de desordem tão considerável, a instalação de uma capital de 1.500.000 habitantes com as rendas mais elevadas do Brasil, o Entorno de Brasília oferece, segundo os municípios, respostas e situações extremamente diversificadas. Como exemplo, apresentaremos aqui três municípios: Luziânia, Formosa e Planaltina de Goiás (este último também chamado de Brasília).

Estes três municípios têm uma história. A cidade de Luziânia, fundada em 1746 com o nome de Santa Luzia, mergulha suas raízes no ciclo do ouro. Visitada pelo naturalista Auguste de Saint Hilaire no início do século XIX, ali encontramos a igreja mais antiga de Goiás e uma tradicional especialidade em marmelada. Formosa, também cidade do ouro, fundada em 1736, era célebre pelo trabalho em couro ali realizado. Planaltina foi criada ao mesmo tempo que Brasília, quando da mudança dos serviços administrativos do município cuja sede, hoje Planaltina do Distrito Federal, velha cidade conhecida por seus mestres d'armas, foi englobada pelo Distrito Federal. As três cidades viviam da pecuária em regime de quase autarquia, aproveitando de sua localização estratégica nas grandes estradas de comunicação entre o norte e o sul do país.

Inicialmente, a prefeitura de Luziânia pouco interveio, satisfeita com a perspectiva de novos aportes fiscais e com o maior peso político ligado ao destino de Brasília, sem dúvida por haver servido de cidade de acolhida quando o Presidente Kubitschek supervisionava os trabalhos da capital. Os loteamentos se encontram na fronteira do Distrito Federal, ao longo da estrada de rodagem, em terras que se estendem desde a cidade-satélite do Gama até a sede municipal. Ali encontramos todas as combinações possíveis: os empreendedores privados que não implantam infraestruturas nem constroem casas e espalham loteamentos pelo campo; o Estado Federal, que empreita serviços de firmas privadas; a própria prefeitura de Luziânia, que loteia os terrenos públicos. Daí decorreu uma dispersão impressionante de núcleos com vocação urbana, nos quais se reproduziram segundo processo idêntico ao que descrevemos no interior do Distrito Federal, uma segregação social ligada à segregação espacial, rejeitando cada vez para mais longe, e dentro de condições cada vez mais difíceis, a população mais miserável. Diante dos problemas daí decorrentes, a prefeitura publicou, em 1980, um plano urbano diretor que interditava os loteamentos além da faixa de 11 km

de ambos os lados da estrada Brasília-Cristalina e impunha um mínimo de infraestrutura para satisfazer os projetos de loteamentos.

Em Formosa, o prefeito interditou logo qualquer loteamento de vocação urbana que não estivesse de acordo com as exigências de um mínimo de infraestruturas. Sem dúvida, o desenvolvimento de Brasília em direção ao sul e o relativo afastamento, não favorecem uma multiplicação dos loteamentos-dormitórios. Os loteamentos também se encontram concentrados na própria cidade de Formosa. Mais tarde, aproveitando o atrativo turístico da Cascata de Itiquira, um gigantesco programa de loteamentos de lazer surgiu, mas desta vez dirigido à alta clientela de Brasília em busca de um investimento ou de residência secundária, de um lugar para passar férias.

Em Planaltina é a prefeitura, removida e privada de atividades econômicas e portanto dos recursos deixados na antiga Planaltina, que é proprietária das terras. Desde sua instalação, em 1960, tratou de planificar a cidade que ela superestimou (20.000 lotes, isto é, para uma cidade 100.000 pessoas, enquanto hoje não agrupa senão 20.000 pessoas nos recenseamentos mais otimistas). Não dispondo Planaltina de renda alguma, a sociedade imobiliária encarregada da realização de muitos serviços necessários ao funcionamento da cidade, foi paga através de lotes. Mas Planaltina atrai apenas uma população extremamente desfavorecida que se contenta com as poucas infraestruturas que a municipalidade, falida depois de haver esgotado suas reservas de terras de algum valor, pode lhe dar. Planaltina é uma cidade-dormitório de um sub-proletariado urbano que gravita em torno de Brasília.

Atualmente, a situação é surpreendente em todos os municípios do Entorno. os lotes colocados à venda poderiam, à razão de uma família de cinco pessoas por lote, acolher mais de duas vezes a população do Distrito Federal. Mas não abrigam senão 549.000 (sete vezes menos). A CODEPLAN estimou assim, em 1986, o número de lotes:

- 350.000 no município de Luziânia (excluindo a cidade de Luziânia);
- 100.000 no município de Planaltina;
- 100.000 no município de Formosa;
- 20.000 no município de Padre Bernardo,

sendo que os outros municípios contam entre 15.000 e 20.000 lotes, com uma exceção de Corumbá que não possui, modestamente, senão 5.000. Alguns desses lotes se destinam a atividades de lazer, ou mesmo a atividades rurais em superfícies inferiores a 50 hectares, mas a grande maioria é mesmo formada por lotes urbanos.

Quais são as consequências para os municípios desta peri-urbanização de Brasília em seu território?

As rendas diretamente percebidas são muito pequenas. A população é tão pobre, que custa a pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano, cuja receita é retida totalmente pelo município), tanto mais que, em muitos casos, a escritura de venda não se regularizou devido ao custo elevado do registro. Tal situação complica também as ligações das redes de água e de eletricidade, já que as companhias do Estado de Goiás encarregadas desses serviços só aceitam intervir diante dos títulos de propriedade. Muitos não puderam pagar suas mensalidades e saíram levando tudo o que lhes era possível tirar, até as portas e janelas deixando as casas vazias para invasores ainda mais pobres. Este empobrecimento, esta "favelização", se observa nos conjuntos de habitação paralelamente a uma elitização e a práticas de sub-locação ususárias. A população não consome onde mora, mas em Brasília, onde trabalha, e por isso não cria nenhum efeito induzido, nem impostos sobre consumo ou produção nas cidades-dormitórios. Os moradores, entretanto, cobram infra-estruturas que o orçamento de município, do qual não participa o Distrito Federal, não pode oferecer. As grandes distâncias entre os loteamentos, a irregularidade e a precariedade da ocupação tornam o problema insolúvel: seria necessário "re-urbanizar" o municí-

pio de Luziânia, reunir a população... Desprezando normas de segurança, a estrada nacional Brasília-Cristalina foi, assim, transformada em uma simples artéria urbana.

O movimento pendular cotidiano é estimado pela CODEPLAN em 18.000 pessoas entre Luziânia e Brasília, e 2.000 entre Planaltina e Brasília. O transporte é garantido por empresas privadas do Estado de Goiás que, ao contrário das empresas que intervêm no Distrito Federal entre as cidades satélites e o Plano Piloto, não são subvencionadas. Os habitantes da periferia do Distrito Federal não se beneficiam dos serviços de transportes de seus empregadores e devem percorrer maiores distâncias. Além disso, os custos de transporte são estimados em 35% do salário mínimo, sendo que 70% da população não ganham mais de um salário mínimo (IBGE, 1980).

A DEMOCRACIA E A SOJA EM SOCORRO DO URBANO?

O estudo do Entorno do Distrito Federal revela uma forma original de integração dos migrantes, ou melhor, de segregação espacial e reflete desigualdades sociais que conduzem a polinuclearização. Esta última se traduz pela criação de ilhotas urbanas na periferia, ao mesmo tempo incompletas e totalmente dependentes do centro.

Desde a construção da nova capital encravada no Estado de Goiás, os migrantes não pararam de afluir ao Distrito Federal. Entretanto não foram integrados no próprio Plano Piloto, mas rejeitados cada vez mais para longe, em direção à periferia das cidades-satélites e depois para os municípios do Entorno, fazendo com que a nova cidade se livrasse assim dos importunos.

Mas um novo fenômeno está surgindo. A salvação dos municípios do Entorno, asfixiados pelos problemas urbanos de seu incômodo vizinho, virá provavelmente da agricultura. Isto porque, depois dos Estados do Sul do Brasil, dos núcleos rurais e do progra-

ma de desenvolvimento agrícola PADEF no Distrito Federal, o Entorno entra, por sua vez, no ciclo da soja. Uma nova migração se afirma, a dos gaúchos expulsos de suas terras pelas leis da agricultura capitalista mantida pelo governo. Graças às rendas da venda de seu lote nos locais de origem, compram terras nesta nova fronteira, cujo relevo de planaltos permite a mecanização e onde a terra ainda é barata, para se entregarem novamente à cultura da soja em módulos de 100 a 1.000 hectares (iniciando um novo ciclo e repetindo sua própria história...). Trata-se de se aproveitar do não-parcelamento das terras agrícolas, especialmente em Formosa, onde a concentração fundiária ainda é muito elevada, já que Luziânia parcelou parte de suas terras na corrida aos loteamentos; da proximidade das jazidas de calcário para corrigir o solo e dos eixos de comunicação em volta de Brasília; do enquadramento agrícola do distrito Federal (grandes programas executados pelos órgãos nacionais de pesquisa e de desenvolvimento agrícolas, como a EMATER e a EMBRAPA); e das garantias de escoamento oferecidas pela multiplicação de usinas de óleo de soja, fortemente superestimadas e subvencionadas, a despeito de todas as previsões pessimistas relativas à evolução dos mercados internacionais. A produção de soja tomou extraordinário impulso (Quadro 4). Desde 1986, em Luziânia, as rendas do ICM (imposto sobre a circulação de mercadorias), devido à soja são superiores ao IPTU devido aos 350.000 lotes, recenseados pela prefeitura.

O desenvolvimento e a modernização do setor agrícola não nos devem entretanto deixar esquecer sua instabilidade, as conseqüências previsíveis nefastas da monocultura intensiva da soja, nem a falta de diversificação da produção e sua fraca integração ao mercado local. A maioria dos produtos alimentares consumidos por Brasília não vêm de sua região geoeconômica mas da de São Paulo.

Por outro lado, a incipiente indústria e a falta de oportunidade de emprego para os camponeses sem terra poderão a médio prazo, criar dificuldades nestes municípios nos quais a gran

Quadro 4

LAVOURAS DE SOJA (hectares)
NOS MUNICIPIOS DO ENTORNO DO DISTRITO FEDERAL
1980 - 1985

MUNICIPIOS	1980	1985
ABADIAHIA	-	30
ALEXANIA	48	2.920
CABECEIRAS	16	10.000
CORUMBA	-	1.400
CRISTALINA	519	34.000
FORMOSA	-	4.300
LUZIANIA	1.243	15.000
PADRE BERNARDO	-	-
PIRENOPOLIS	193	1.157
PLANALTIMA	180	12.000
SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	-	-
TOTAL	2.199	26.807

FOINTE : 1980 : IBGE, Censo Agropecuario

1985 : Estimativas do EMATER-GO

de maioria da população é urbana.

Este dinamismo agrícola poderia, no entanto, garantir um começo de autonomia financeira para alguns municípios do Entorno, no momento em que a democratização do país, depois de 21 anos de regime militar, assegura aos prefeitos, legitimamente eleitos, um peso político - certamente reduzido mas não negligenciável - diante de Brasília, cujo governador ainda é nomeado pela presidência.

Apesar de tudo, é possível observar que, fortes por um novo poder de negociação e por uma certa vitalidade econômica, os municípios do Entorno começam a transformar a região de Brasília em um verdadeiro pólo de desenvolvimento, e, o que é amplamente paradoxal, apesar ou independentemente da urbanização da capital. Estes municípios reivindicam, como o reivindicariam as cidades-satélites se dispusessem de autonomia administrativa, não mais serem considerados pelo poder como simples destinatários das "exportações dos excedentes de mão-de-obra" de Brasília.

Evidentemente, é difícil afirmar que estas veleidades de independência e de pretensão em escolher seu destino resistirão à acentuação do movimento migratório e do crescimento natural de uma população jovem, e que elevariam, como previsto, a população do Distrito Federal e de seu Entorno a 4 ou 5 milhões no ano 2.000.

Parece-nos, apesar de tudo, que só a emergência de interlocutores fortes seja suscetível de evitar que o fenômeno de peri-urbanização de Brasília não se resuma à multiplicação de arquipélagos de loteamentos-dormitórios em processo de "favelização".

ANEXO

REPRESENTAÇÃO DOS HABITANTES DO DISTRITO FEDERAL DURANTE O CENSO DEMOGRÁFICO DO IBGE EM 1980

Devido às características de sua criação ("a partir do nada", há 27 anos), a totalidade dos habitantes de Brasília é constituída por migrantes ou filhos de migrantes. dos 1.176.908 de seus habitantes, 803.864 nasceram em outra região. 45% vêm do Nordeste (Brasília foi construída graças ao trabalho dos nordestinos, peões de sua construção), um terço vêm do Sudeste, a região mais "desenvolvida", e 15% vêm do Estado vizinho, Goiás.

A migração é contínua: se 40% dos migrantes chegaram há mais de 10 anos, 35% têm menos de 5 anos de residência em Brasília. Dentre estes migrantes, 48% são homens e 52% mulheres, três quartos dos quais já viviam na cidade.

O Distrito Federal abriga uma população jovem - 49,5% de seus habitantes têm menos de 20 anos - que oferece um caráter de estabilidade: somente 7,3% de pessoas vivendo sozinhas, e uma média de pouco mais de 4 pessoas por família.

Com a apresentação do quadro a seguir, observa-se que a principal atividade dos chefes de família depende do papel administrativo de Brasília (23% dos empregos); o apelido de "metrópole do setor terciário" parece bem apropriado. Observa-se também que o setor da construção, motor do crescimento da cidade, perde em peso relativo.

Distribuição por setor de atividade do chefe de família:

Setor primário.....	3,0%
Indústria.....	8,0%
Construção.....	14,5%
Comércio.....	10,5%
Transportes e comunicações	7,0%
Serviços.....	20,5%
Atividades sociais.....	7,5%
Setor Público.....	23,0%
Outros.....	6,0%

BIBLIOGRAFIA

1922 - AZEVEDO (S. de), ANDRADE (L.A. GAMA de) : Habitação e poder. Da fundação da casa popular do Banco Nacional de Habitação. Zahar Editores. Rio de Janeiro.

1979 - BLAY (E. ALTERMAN) Organisateur : A luta pelo espaço. Textos de Sociologia Urbana. Vozes. Pirenópolis.

1984 - CODEPLAN : Atlas do Distrito Federal. Governo do Distrito Federal. Brasília.

S/D - CODEPLAN/ CHDU/ SUDECO/INDUR - O Entorno do D.F. : Problemas e propostas de solução. Brasília.

1959 - COMISSAO CENSITARIA NACIONAL : Censo experimental de Brasília. Brasília.

S/D - COSTA (L.) : Brasília Revisitada. 1985-1987.

1986 - FERREIRA (I. COSTA BARBOSA) : Do rural ao urbano na periferia do Distrito Federal. Departamento de Geografia. UnB. Brasília, mimeo.

1986 - HEUZE (Cl.) : Emergence d'une capitale. Brasília in Frontières : Mythes et Pratiques. Cah. Sci. Hum. ORSTOM. vol.22, n°3-4. Paris.

IBGE - Censos demograficos. Minas Gerais, Goias et Distrito Federal, 1950, 1960, 1970, 1980. Rio de Janeiro.

1980 - IBGE : Censos agropecuarios. Goias et Distrito Federal. Rio de Janeiro.

1985 - KAISER (W) : Brasília als Mittelpunkt der Stadt - Und Regionalentwicklung in brasilianischen Bundesdistrikt und dem angrenzenden Bundesstaat Goias. Universität de Frankfurt. RFA.

1980 - KOWARICK (L.) : A espoliação urbana. Paz e Terra. Rio de Janeiro.

1984 - PAVIANI (A.) : Periferização urbana ao sul do Distrito Federal - O caso de "Pedregal", Luziania (GO) in Bol. Geom. Teórica. Rio Claro 14 (24-28) : 5-19.

1985 - PAVIANI (A.) : Processus d'urbanisation à Brasília. métropole tertiaire du Brésil in Travaux de l'Institut de Géographie de Reims, n° 61-62, pp. 37-52.

1985 - PAVIANI (A.) Organisateur : Brasília, Ideologia e Realidade. Espaço urbano em questão. CNPq/Projeto. São Paulo.

1985 - OLIVEIRA (M. PELUSO de) : O mercado imobiliário na periferia do Distrito Federal - Um estudo de caso, a Cidade Ocidental. Tese de mestrado para o curso de pós-graduação em Planejamento Urbano. Departamento de Urbanismo. Universidade de Brasília. Brasília.

1975 - SAINT HILAIRE (A.) Viagem à província de Goiás. Coleção "Reconquista do Brasil", vcl. 8, Editora da Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia Editora Ltda, Belo Horizonte.

1985 - SUDECO / COEPLAN : Subsídios para o macrozoneamento do Entorno do Distrito Federal. Núcleo de edição da GINFC. Brasília.

ASPECTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO RECENTE
NA REGIÃO CENTRO-OESTE *

*Antonio de Ponte Jardim ***

* Este artigo é uma versão ampliada das Notas sobre a Urbanização na Região Centro Oeste - 1980, IDGE/DESPO. Setembro/1986.

** Sociólogo - Analista Especializado do IBGE/DEPOP (Departamento de População)

A urbanização da fronteira

Vol. II

Lena Lavinas (org.)
Geraldo Muller
Donald Sawyer
Ignez C. Barbosa Ferreira
Marília Peluso de Oliveira
Catherine Aubertin
Ana Luiza A. Osório
Antonio Jardim

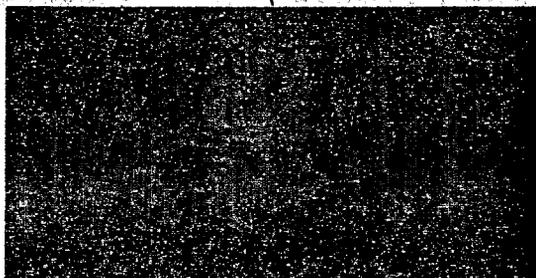
O.R.S.T.O.M. Fonds Documentaire

N° 34093 ex 1

Cote 1



EDIÇÕES PUBLICUR/UFRRJ



Textos apresentados no work-shop
A FORMAÇÃO DAS CIDADES NA FRONTEIRA
VOLUME II

7-8 de Maio de 1987
Rio de Janeiro .

IPPUR/UFRJ

Série Monográfica nº 5
(2 volumes)

PUBLIPUR/UFRJ

1987